

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA OAS S.A.

CELEBRADO ENTRE

OAS S.A.

COMO EMISSORA

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

COMO AGENTE FIDUCIÁRIO.

DATADO DE

3 DE JULHO DE 2013

JUCESP PROTOCOLO  
0.651.221/13-4



*[Handwritten signatures and initials]*

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA OAS S.A.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

OAS S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 2.330/2.346/2.364, 9º andar, sala 904, bairro Consolação, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.811.848/0001-05, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definida abaixo) e representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 4.200, Bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário").

(a Emissora e o Agente Fiduciário são referidos conjuntamente como "Partes" e, individualmente, como "Parte")

QUE resolvem, em regular forma de direito, celebrar esta Escritura de Emissão em observância às seguintes cláusulas e condições:

#### 1. DEFINIÇÕES

- 1.1. Para fins desta Escritura de Emissão, consideram-se Documentos da Oferta Restrita esta Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), a AGE Oferta (conforme definida abaixo) e demais documentos, inclusive aqueles relacionados ao registro da Oferta Restrita (conforme definida abaixo) junto à CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), emitidos no âmbito da Oferta Restrita ("Documentos da Oferta Restrita").
- 1.2. Para os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, considera-se como "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou

dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que a Emissora é sediada ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional ("Dia Útil").

## 2. AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

- 2.1. A celebração desta Escritura de Emissão, a emissão das Debêntures ("Emissão"), a realização da Oferta Restrita e a constituição da garantia real representada pela Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) como garantia das Debêntures, foram autorizadas por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 03 de julho de 2013 ("AGE Oferta"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").
- 2.2. Por meio da AGE Oferta, a diretoria da Emissora também foi autorizada a (i) contratar o Coordenador Líder (conforme definido abaixo) para realizar a distribuição pública das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"); (ii) contratar os prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao banco liquidante e escriturador mandatário da Emissão, Agente Fiduciário, assessores legais e agência classificadora de risco da Emissão; e (iii) negociar, firmar os termos e celebrar todos os instrumentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definido abaixo), incluindo, mas não se limitando, à celebração desta Escritura de Emissão, do contrato de distribuição das Debêntures e os demais contratos de prestação de serviços.

## 3. REQUISITOS

- 3.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com a intermediação da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"). A Oferta Restrita e as Debêntures, conforme o caso, atenderão aos seguintes requisitos:
  - 3.1.1. **Registro na CVM.** Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante a CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação.
  - 3.1.2. **Registro na ANBIMA.** A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"), nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

- 3.1.3. **Registro na JUCESP e Publicação da AGE Oferta.** A ata da AGE Oferta será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), nos termos da legislação em vigor, e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio ("Jornais de Divulgação da Emissora").
- 3.1.4. **Inscrição na JUCESP desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.** Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá disponibilizar, ao Agente Fiduciário, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão registrada na JUCESP tempestivamente após o respectivo registro que deverá ocorrer, no mínimo, 1 (um) Dia Útil antes da primeira Data de Integralização ("Data da Primeira Integralização"). Da mesma forma, os eventuais aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser arquivados na JUCESP, devendo a Emissora enviar tais aditamentos registrados ao Agente Fiduciário, tempestivamente após o efetivo registro.
- 3.1.5. **Registro para Distribuição e Negociação.** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. Não obstante o disposto na alínea "(b)" desta Cláusula 3.1.5, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), e nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e após decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, condicionado ainda ao cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476.
- 3.1.6. **Debêntures de Investimento.** Esta Emissão se enquadra nos termos do artigo 1º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431/11"), possuindo as Debêntures todas as características necessárias para atender os requisitos previstos na referida lei.
- 3.1.7. **Constituição da garantia real.** Em conformidade com os termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, o Contrato de Cessão Fiduciária e seus respectivos aditamentos (conforme definido abaixo) serão registrados, nas formas neles previstos, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da capital do estado de São Paulo e da Comarca da capital do estado do Rio de Janeiro.

#### 4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA RESTRITA

- 4.1. **Objeto Social da Emissora.** De acordo com o artigo 3º do estatuto social da Emissora, a Emissora tem por objeto social a: (i) exploração da atividade de engenharia civil e da indústria de construção civil e pesada, inclusive gerenciamento e execução de projetos e obras; (ii) importação e exportação em geral; (iii) compra e venda de materiais, máquinas e equipamentos; (iv) compra e venda de imóveis sem corretagem; (v) locação de bens móveis; (vi) aproveitamento e exploração de jazidas minerais; (vii) serviços de dragagem e transporte/navegação marítima, fluvial e lacustre; (viii) manutenção e montagem industrial, instalações e montagens elétricas, eletrônicas, eletromecânicas e mecânicas; e (ix) realização ou condução de atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, prestação dos serviços de tecnologia industrial básica, assistência técnica e transferência de tecnologia, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de Produto Estratégico de Defesa no País, consoante definição da Lei n.º 12.598/12, incluídas a venda e a revenda somente quando integradas às atividades industriais supracitadas; e (x) participação como sócia ou acionista de outras sociedades no Brasil e no Exterior de qualquer ramo, podendo, inclusive, constituir e participar em consórcio de empresas e abrir novos estabelecimentos, sucursais e filiais em qualquer localidade do Território Nacional e no Exterior.
- 4.2. **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão das Debêntures será de R\$694.470.000,00 (seiscentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e setenta mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").
- 4.3. **Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas até 69.470 (sessenta e nove mil, quatrocentos e setenta) Debêntures, das quais 34.735 (trinta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco) serão da 1ª Série (conforme definido na Cláusula 4.4 abaixo) e 34.735 (trinta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco) Debêntures serão da 2ª Série (conforme definido na Cláusula 4.4 abaixo);
- 4.4. **Séries.** A Emissão será realizada em 2 (duas) séries ("1ª Série", "2ª Série" e, quando em conjunto designadas "Séries"), sendo as Debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da 1ª Série doravante denominadas "Debêntures da 1ª Série", e as Debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da 2ª Série doravante denominadas "Debêntures da 2ª Série", e, as Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série, em conjunto, doravante denominadas "Debêntures".
- 4.5. **Destinação de Recursos.** Nos termos do artigo 1º da Lei nº 12.431/11, os recursos obtidos por meio da Emissão serão aplicados nos projetos de investimento descritos no Anexo I ("Projetos de Investimento").
- 4.6. **Procedimento Simplificado de Alocação de Recursos.** Nos termos do artigo 1º, inciso VI, da Lei 12.431/11, a Emissora compromete-se a alocar os recursos captados nesta Emissão no pagamento futuro ou no reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados aos Projetos de Investimento. Os recursos captados por meio desta Emissão serão alocados nos Projetos de Investimento de acordo com o procedimento simplificado descrito no Anexo I ("Procedimento Simplificado").

- 4.7. **Número da Emissão.** Esta Escritura de Emissão representa a 8ª (oitava) emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão"), sendo, no entanto, a sua 7ª (sétima) emissão para distribuição pública.
- 4.8. **Banco Liquidante de Emissão e Escriturador Mandatário.** O banco liquidante de emissão e escriturador mandatário da Oferta Restrita será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços de Banco Liquidante e de Escriturador Mandatário previstos nesta Escritura de Emissão).
- 4.9. **Imunidade de Debenturistas.** As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da Lei 12.431/11.
- 4.9.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquela prevista na Lei 12.431/01, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 4.9.2. Caso as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto no artigo 1º da Lei 12.431/11 ou caso haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures, em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida lei durante a vigência das Debêntures e até a Data de Vencimento (conforme definido na Cláusula 5.10 abaixo), a Emissora arcará com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431/11, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

## 5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 5.1. **Colocação.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, de acordo com os procedimentos descritos na Instrução CVM 476, destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, com a intermediação do Coordenador Líder, que efetuará a distribuição sob o regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures a serem ofertadas, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da OAS S.A." ("Contrato de Distribuição"), devendo a Oferta Restrita ser efetivada de acordo com o Plano de Colocação (conforme definido na Cláusula 5.2 abaixo) e observado o disposto na Cláusula 5.3 abaixo.

- 5.2. **Plano de Colocação.** O Coordenador Líder organizará a colocação, com esforços restritos, das Debêntures perante os Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476, o qual será fixado mediante atendimento dos seguintes termos e condições ("Plano de Colocação"):
- 5.2.1. Com o acompanhamento da Emissora, os Coordenadores realizarão a coleta de intenção de investimentos junto a Investidores Qualificados para verificação da demanda das Debêntures da 1ª Série, em observância às disposições de ofertas públicas com esforços restritos de colocação da Instrução CVM 476 ("Procedimento de Bookbuilding"). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão nos termos da Cláusula 5.16 abaixo.
  - 5.2.2. não será permitida a busca de Investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
  - 5.2.3. o público alvo da Oferta Restrita será composto por Investidores Qualificados;
  - 5.2.4. nos termos da Instrução CVM 476, todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados;
  - 5.2.5. somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, de modo que as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
  - 5.2.6. as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures que representem um valor mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
  - 5.2.7. serão levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder, assim como as determinações da Emissora, sendo que o Coordenador Líder (i) compromete-se a direcionar a Oferta Restrita para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; e (ii) observará os limites descritos nas Cláusulas 5.2.4 e 5.2.5 acima; e
  - 5.2.8. não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.
- 5.3. **Prazo de Colocação; Colocação Parcial.** O Coordenador Líder realizará a distribuição pública das Debêntures no prazo a ser determinado no Contrato de Distribuição ("Prazo de Colocação").

- 5.3.1. Caso, no contexto da Oferta Restrita, não sejam subscritas a totalidade das Debêntures dentro de Prazo de Colocação, a Oferta Restrita será cancelada pela Emissora, e os valores eventualmente integralizados devolvidos aos respectivos titulares das Debêntures, sem qualquer acréscimo ou correção monetária.
- 5.3.2. Respeitado o disposto na Cláusula 5.3.1 acima, imediatamente após o término do Prazo de Colocação, a Emissora deverá, em conjunto com o Agente Fiduciário, aditar esta Escritura de Emissão, para ratificar o valor final da Oferta Restrita e a quantidade final de Debêntures efetivamente emitidas e colocadas, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo) ou em reunião de diretoria da Emissora.
- 5.4. **Subscrição.** No ato da subscrição das Debêntures, cada Investidor Qualificado interessado na subscrição das Debêntures deverá entregar ao Coordenador Líder declaração devidamente assinada, em termos e condições aceitáveis ao Coordenador Líder, afirmando estar ciente e concordar, especialmente, mas não limitadamente, que: (i) as informações recebidas são suficientes para sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (iii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.
- 5.5. **Data de Emissão das Debêntures.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 11 de julho de 2013 ("Data de Emissão").
- 5.6. **Valor Nominal Unitário das Debêntures.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), respeitado o disposto na Cláusula 5.2.6 acima.
- 5.7. **Forma e Comprovação de Titularidade.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por meio de extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP 21, será expedido extrato pela CETIP em nome dos Debenturistas, que igualmente servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 5.8. **Convertibilidade.** As Debêntures não serão convertíveis em ações de emissão da Emissora ou de qualquer outra companhia.
- 5.9. **Espécie.** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, representada pela Cessão Fiduciária.
- 5.10. **Preço de Subscrição e Forma de Subscrição e Integralização.** As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário, acrescida da respectiva Remuneração calculada desde a Data de Primeira Integralização, e integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), por meio do MDA, de acordo com os procedimentos de liquidação adotados pela CETIP.



- 5.11. **Data de Vencimento.** Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.10 acima, o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série ocorrerá em 21 de julho de 2024 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série"). O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série ocorrerá em 21 de outubro de 2024 ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, "Data de Vencimento". Na Data do Vencimento, a Emissora procederá ao pagamento das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo) pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada conforme prevista nesta Escritura.
- 5.12. **Amortização do Valor Nominal Unitário.** A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será realizada integralmente em uma única parcela devida na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, ressalvada a hipótese de aquisição antecipada facultativa, conforme prevista na Cláusula 5.16 desta Escritura, ou de declaração de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, conforme prevista na Cláusula 5.18 abaixo. A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será realizada integralmente em uma única parcela devida na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, ressalvada a hipótese de aquisição antecipada facultativa, conforme prevista na Cláusula 5.17 desta Escritura, ou de declaração de vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Série, conforme prevista na Cláusula 5.18 abaixo.
- 5.13. **Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
- 5.14. **Remuneração.** As Debêntures da 1ª Série farão jus à remuneração equivalente a uma taxa prefixada, correspondente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado à taxa máxima de 12,00% (doze por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) Dias Corridos ("Remuneração da 1ª Série"). As Debêntures da 2ª Série farão jus a remuneração equivalente a uma taxa prefixada, correspondente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado à taxa máxima de 12,00% (doze por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) Dias Corridos ("Remuneração da 2ª Série") e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, "Remuneração". A Remuneração será calculada de forma linear e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Corridos decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data da Primeira Integralização até a respectiva Data de Vencimento ou data do vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times \text{Fator Juros}$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada período de capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- VNa = Valor Nominal Unitário atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais,

sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left[ \left( \frac{taxa}{100} \right) \times \frac{n}{360} \times \frac{DP}{DT} \right]$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

n = número de dias corridos entre a data do próximo Evento e a data do Evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DP = número de dias corridos entre o último Evento e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

DT = número de dias corridos entre o último e o próximo Evento, sendo "DT" um número inteiro.

Onde, "Evento" corresponde à Data da Primeira Integralização e às datas de Pagamento da Remuneração.

5.14.1O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data da Primeira Integralização das Debêntures (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização (inclusive), e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) correspondente ao respectivo período (exclusive) ou na Data de Vencimento, no caso do último Período de Capitalização (exclusive) ("Período de Capitalização").

5.14.2Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo).

5.15. **Pagamento da Remuneração.** O pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, (i) a partir de 21 de janeiro de 2014, para as Debêntures da 1ª Série, e, (ii) a partir de 21 de abril de 2014, para as Debêntures da 2ª Série (ou em período superior, com relação ao primeiro Período de Capitalização e inferior, com relação ao último Período de Capitalização), sendo o primeiro pagamento devido em 21 de janeiro de 2014 para as Debêntures da 1ª Série e em 21 de abril de 2014 para as Debêntures da 2ª Série e, o último, na respectiva Data de Vencimento (cada uma, "Data de Pagamento da Remuneração", respectivamente).

5.16. **Repactuação.** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

- 5.17. **Aditamento à Presente Escritura de Emissão.** Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, após autorização dos Debenturistas, se aplicável, observado o quanto disposto na Cláusula 5.3 acima, e, posteriormente, arquivados na JUCESP, respeitado o disposto na Cláusula 3.1.4 acima.
- 5.18. **Aquisição Facultativa.** É vedada a recompra das Debêntures em Circulação pela Emissora e/ou suas partes relacionadas nos 2 (dois) primeiros anos contados a partir da Data de Emissão, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei nº 12.431/11. Após este prazo de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora e/ou suas partes relacionadas, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo) (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 5.17, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo). Alternativamente, as Debêntures adquiridas pela Emissora, nos termos desta Cláusula 5.17, poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), em conformidade com as prescrições constantes do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431/11.
- 5.19. **Resgate Antecipado.** É vedada a liquidação antecipada das Debêntures por meio de resgate ou pré-pagamento facultativo ou obrigatório, salvo na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com as prescrições constantes do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431/11.
- 5.20. **Vencimento Antecipado.** Observado o disposto nas Cláusulas 5.19.1 a 5.19.4 abaixo, e desde que não contrariada a regulamentação do CMN e as disposições do artigo 1º, parágrafo 1º inciso II, da Lei 12.431/11, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo), acrescido da respectiva Remuneração e, ainda, dos Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 5.20 abaixo), no caso do inciso (i) abaixo, na ocorrência das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):
- (i) não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, nas respectivas datas de vencimento;
  - (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, que (a) não seja devidamente sanada no prazo de

- cura específico; ou (b) em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 7 (sete) Dias Úteis da notificação à Emissora da ocorrência do descumprimento;
- (iii) ocorrência de qualquer das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil brasileiro;
  - (iv) anulação, nulidade, inexecutibilidade ou questionamento, pela Emissora e/ou pelos seus acionistas acerca da presente Escritura de Emissão e/ou da Cessão Fiduciária objeto da Cláusula 5.25 abaixo;
  - (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
  - (vi) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência da Emissora, pedido de falência, desde que não elidido no prazo legal, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela Emissora;
  - (vii) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
  - (viii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
  - (ix) inadimplemento, não sanado no respectivo prazo de cura estabelecido no contrato inadimplido, de qualquer obrigação pecuniária da Emissora, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
  - (x) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação assumidas pela Emissora e, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
  - (xi) protesto de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do referido protesto, (a) for validamente comprovado pela Emissora que o respectivo protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto for cancelado ou sustado; ou (c) tiver sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
  - (xii) não cumprimento de uma ou mais sentenças arbitrais ou decisões judiciais transitadas em julgado contra a Emissora, incluindo execuções fiscais, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;

- (xiii) realização de redução de capital social, resgate ou amortização de ações ou quotas, conforme aplicável, da Emissora, ou ainda, reembolso de ações ou quotas, conforme aplicável, de acionistas ou sócios da Emissora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora disponível quando da ocorrência do evento, conforme aplicável), exceto para absorção de prejuízos contábeis constantes das demonstrações financeiras da Emissora e/ou em razão de alterações nas práticas contábeis brasileiras;
- (xiv) autuações por órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se no prazo de até 15 (quinze) dias contatos das respectivas autuações ou no prazo de resposta determinado no âmbito das autuações, o que for maior, as autuações (a) forem contestadas no prazo legal; (b) tiverem sido efetuadas por erro ou má-fé, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou (c) forem canceladas ou pagas pela Emissora;
- (xv) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, para alterar substancialmente ou excluir as atividades atualmente desenvolvidas;
- (xvi) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais acionistas (a) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do capital votante da Emissora; ou (b) deixem por qualquer motivo de exercer o controle societário efetivo da Emissora, nos termos da regulamentação em vigor;
- (xvii) cisão, fusão, incorporação da Emissora por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, inclusive incorporação de ações, envolvendo a Emissora, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, observado o *quorum* de deliberação estabelecido nesta Escritura de Emissão, exceto (i) incorporação pela Emissora de quaisquer de suas subsidiárias (desde que o objeto de tais subsidiárias limite-se à prática de atividades regulares da Emissora, conforme o caso); e (ii) cisão da Emissora, desde que não importe em redução do patrimônio líquido da sociedade cindida em percentual superior a 20% (vinte por cento), individualmente ou em uma série de transações, respeitadas as disposições do artigo 231 e seu parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações;
- (xviii) quaisquer declarações e garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita sejam comprovadamente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;
- (xix) excetuando eventuais obrigações que gozem de preferência por força de lei, se a Emissora preferir outras obrigações de pagar, em detrimento do cumprimento das obrigações presentes nesta Escritura;
- (xx) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura

de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo), manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo) especialmente convocada para esse fim;

- (xxi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- (xxii) descumprimento da obrigação de destinar os recursos captados por meio das Debêntures conforme estabelecido nas Cláusulas 4.5 e 4.6 abaixo;
- (xxiii) no caso de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão ou de quaisquer dos Documentos da Oferta Restrita, não sanada(s) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de ciência da invalidade, nulidade ou inexecutabilidade;
- (xxiv) a existência, validade ou executabilidade de quaisquer dos Documentos da Oferta Restrita seja objeto de questionamento judicial pela Emissora, perante julgo brasileiro ou internacional; e
- (xxv) não observância, pela Emissora, da relação entre Dívida Líquida e Ativo Total menor ou igual a 60% (sessenta por cento), calculada ao final de cada exercício social, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora.

Para os fins da alínea XXV acima, considera-se como:

"Dívida Líquida": A somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa que venha a ser criada, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não circulante, com base em valores extraídos da demonstração financeira consolidada anual, auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou KPMG Auditores Independentes, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis; e

"Ativo Total": O ativo total apurado no balanço patrimonial, reportado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Emissora, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou KPMG Auditores Independentes, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis.

- 5.20.1. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos descritos nas alíneas acima, comunicar, na mesma data, ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

- 5.20.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (x), (xii) e (xxvii) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Nesse caso o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento dos valores então devidos.
- 5.20.3. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas da Cláusula 5.19 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo), no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures, que dependerá do voto de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo).
- 5.20.4. A não instalação das referidas Assembleias Gerais de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo) por falta de quórum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.
- 5.20.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo), acrescido da respectiva Remuneração, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), sendo certo que todas as Debêntures serão pagas em uma única data.
- 5.20.6. Uma vez declaradas antecipadamente vencidas as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá imediatamente comunicar o fato (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.
- 5.21. **Multa e Juros Moratórios.** Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento da Remuneração, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, ambos incidentes sobre as quantias em atraso ("Encargos Moratórios").
- 5.22. **Atraso no Recebimento dos Pagamentos.** O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo

relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

- 5.23. **Local de Pagamento.** Os pagamentos a que os Debenturistas fizerem jus serão efetuados pela Emissora utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que, por solicitação do respectivo Debenturista ou outro motivo previsto na regulamentação aplicável, não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador Mandatário ou na sede da Emissora.
- 5.24. **Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 5.25. **Publicidade.** Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos Jornais de Divulgação da Emissora. A publicação do referido "Aviso aos Debenturistas" poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário.
- 5.26. **Da Garantia Real.** Como garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, incluindo, mas não se limitando, ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, aos Encargos Moratórios, custos e despesas incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, assumidas nesta Escritura de Emissão e demais Documentos da Oferta Restrita ("Obrigações Garantidas"), a Emissora, na qualidade de cedente fiduciária, e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebraram, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, o "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos sobre Conta Vinculada das Debêntures" ("Contrato de Cessão Fiduciária"), por meio do qual foram cedidos fiduciariamente todos os direitos, atuais ou futuros, detidos ou a serem detidos pela Emissora perante o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Depositário"), decorrentes de recursos depositados ou a serem depositados na conta indicada no Contrato de Cessão Fiduciária de titularidade da Companhia junto ao Banco Depositário ("Direitos Cedidos", "Conta Vinculada" e "Cessão Fiduciária", respectivamente).



5.26.1. O Banco Depositário não será responsável pela manutenção ou fornecimento de crédito para a manutenção de suficiente saldo na Conta Vinculada.

5.26.2. A Cessão Fiduciária entrará em vigor na data de assinatura desta Escritura de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral de todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

5.26.3. A Cessão Fiduciária a ser constituída nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária deverá perdurar até o completo, efetivo e irrevogável cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

5.26.4. O Contrato de Cessão Fiduciária será registrado em Cartório de Títulos e Documentos da sede da Emissora. A Emissora se obriga a enviar uma via registrada do Contrato de Cessão Fiduciária ao Agente Fiduciário tempestivamente após o respectivo registro que deverá ocorrer, no mínimo, 1 (um) Dia Útil antes da Data da Primeira Integralização.

5.26.4.1. A Garantia Real é prestada no âmbito desta Escritura de Emissão independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas venham a receber.

5.26.4.2. A Garantia Real permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas nas Debêntures, nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição, no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou nos demais Documentos da Oferta Restrita.

5.26.4.3. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, dos prazos para execução da Garantia Real constituída em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

## 6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

6.1.1. fornecer ao Agente Fiduciário:

6.1.2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópias das demonstrações financeiras consolidadas anuais da Emissora referentes a tal exercício social, auditadas por pessoa autorizada pela CVM para a prestação de serviços de auditoria independente ("Auditor Independente"), de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação aplicável da CVM, acompanhadas da memória de cálculo dos índices financeiros objeto da Cláusula 5.20 (xxv) acima, devidamente auditados pelo Auditor Independente

contratado pela Emissora, atestando sua ojetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar esclarecimentos adicionais à Emissora e/ou ao seu Auditor Independente; e (ii) declaração de representante legal da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento integral, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;

- 6.1.3. dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, na medida necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- 6.1.4. na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 5.24 acima;
- 6.1.5. avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- 6.1.6. cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora;
- 6.1.7. todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e
- 6.1.8. vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP tempestivamente após a data de arquivamento.
- 6.1.9. convocar, nos termos da Cláusula 8 abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- 6.1.10. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- 6.1.11. notificar o Agente Fiduciário, na mesma data, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, conforme aplicável, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, das Debêntures e da Garantia Real; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras

preparadas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;

- 6.1.12. comunicar, ao Agente Fiduciário, na mesma data, sobre a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- 6.1.13. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- 6.1.14. comparecer a Assembleias Gerais de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo) sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- 6.1.15. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo), pela Emissora;
- 6.1.16. enviar à CETIP, (i) na data da primeira publicação de convocação de cada Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo), cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à deliberação dos Debenturistas em tal Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo); e (ii) no dia em que se realizar cada Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados de tal Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo), cópia da respectiva ata de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo);
- 6.1.17. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social ou com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- 6.1.18. salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os seus aspectos relevantes, com todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- 6.1.19. cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- 6.1.20. manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante de Emissão, o Escriturador Mandatário, o Agente

Fiduciário, o Auditor Independente, a agência de classificação de risco e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21;

- 6.1.21. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário (i.e., o CETIP 21), durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- 6.1.22. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- 6.1.23. manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, exceto com relação (i) àqueles que estejam sendo questionados de boa fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, ou (ii) cuja não realização não possa afetar de maneira relevante a situação financeira da Emissora e/ou que a capacidade de a Emissora cumprir com suas obrigações no âmbito desta Escritura de Emissão;
- 6.1.24. arcar, de forma exclusiva, com todos os custos e despesas relacionados: (i) à Oferta Restrita, incluindo as publicações nos Jornais de Divulgação da Emissora, custos de registro desta Escritura de Emissão, custos e despesas dos prestadores de serviços no âmbito da Oferta Restrita, incluindo os assessores legais, o Coordenador Líder, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário; (ii) ao registro e liquidação das Debêntures na CETIP; e (iv) a todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures e seu registro para negociação no mercado secundário;
- 6.1.25. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- 6.1.26. manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos seus negócios;
- 6.1.27. fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- 6.1.28. manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- 6.1.29. efetuar e fornecer evidência ao Agente Fiduciário de todos os registros, averbações e prenotações necessários, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, nos órgãos competentes, incluindo, mas não se limitando, à JUCESP;
- 6.1.30. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor as autorizações e registros descritos nas Cláusulas 3.1.3, 3.1.4 e 3.1.5 acima, na

forma e prazos neles descritos, os quais são necessários e indispensáveis ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

- 6.1.31. não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48, inciso II da Instrução n.º CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- 6.1.32. abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM pelo Coordenador Líder, observado o disposto no artigo 12 da Instrução CVM 476;
- 6.1.33. abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM pelo Coordenador Líder, de (i) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (ii) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Oferta Restrita;
- 6.1.34. na qualidade de ofertante, prestar, no âmbito da Oferta Restrita, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas; e
- 6.1.35. cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
- 6.1.36. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- 6.1.37. submeter suas demonstrações financeiras consolidadas a auditoria, por Auditor Independente;
- 6.1.38. divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas, acompanhadas de notas explicativas e parecer do Auditor Independente, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- 6.1.39. manter os documentos mencionados na alínea "6.1.38" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- 6.1.40. observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- 6.1.41. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
- 6.1.42. fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou CETIP;

6.1.43. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) tenham acesso, em data e em horário comercial previamente acordados com a Emissora, a qual não poderá exceder a 4 (cinco) dias úteis contados de solicitação do Agente Fiduciário: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas; e

6.1.44. adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa dos ativos onerados no Contrato de Cessão Fiduciária, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros;

6.2. Caberá à Emissora o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário necessárias para proteção dos Debenturistas e para realização de seus créditos, incluindo, sem limitação:

6.2.1. publicação de relatórios, editais, atas, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável, se for o caso;

6.2.2. extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;

6.2.3. despesas cartorárias e postais necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;

6.2.4. despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;

6.2.5. despesas de viagem, alimentação e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que essas despesas devem ser razoáveis e compatíveis com os padrões existentes no mercado em que atua o Agente Fiduciário; e

6.2.6. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

## 7. AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação do Agente Fiduciário. A Emissora nomeia e constitui a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme qualificada no Preâmbulo.

desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

**7.2. Declarações do Agente Fiduciário.** O Agente Fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, declara que:

- 7.2.1. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- 7.2.2. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- 7.2.3. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- 7.2.4. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- 7.2.5. não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- 7.2.6. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- 7.2.7. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- 7.2.8. está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- 7.2.9. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nos documentos que foram disponibilizados pela Emissora;
- 7.2.10. é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- 7.2.11. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- 7.2.12. na data de assinatura desta Escritura de Emissão, a Garantia Real prestada pela Emissora nos termos da Cláusula 5.25 acima encontra-se devidamente constituída; e
- 7.2.13. na data de assinatura desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:
  - (i) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços

restritos de colocação, da OAS Empreendimentos S.A. ("2ª Emissão da OAS Empreendimentos"), com vencimento em 15 de julho de 2014, em que foram emitidas 6.000 (seis mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da OAS Empreendimentos são garantidas por garantia fidejussória da Emissora, conforme previsto na escritura de emissão;

- (ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("2ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 25 de junho de 2013, em que foram emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória da Construtora OAS S.A. (anteriormente denominada Construtora OAS Ltda.), conforme previsto na escritura de emissão;
- (iii) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("6ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 8 de março de 2014, em que foram emitidas 15.000 (quinze mil) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foram verificados qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 6ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória da Construtora OAS S.A. (anteriormente denominada Construtora OAS Ltda.), conforme previsto na respectiva escritura de emissão; e
- (iv) 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("7ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 16 de março de 2018, em que foram emitidas 330.000 (trezentas e trinta mil) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor de R\$644.424.000,00 (seiscentos e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil reais). Até a presente data não foram verificados qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 7ª Emissão



da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

- 7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 7.4. **Remuneração do Agente Fiduciário.** Em contraprestação aos serviços prestados pelo Agente Fiduciário em conformidade com a legislação e regulamentação a ele aplicáveis e nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora pagará ao Agente Fiduciário parcelas anuais de R\$4.000,00 (quatro mil reais) para o desempenho ordinário dos serviços de Agente Fiduciário aqui previstos, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes (se aplicável). Serão devidas parcelas anuais até o pagamento integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento. Caso as Debêntures sejam quitadas na Data de Vencimento, não será devida ao Agente Fiduciário outra parcela anual além daquela pagável 5 (cinco) dias após a data de assinatura desta Escritura de Emissão.
- 7.4.1. As parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (iv) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL); e (v) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).
- 7.4.2. As parcelas mencionadas na Cláusula 7.4.1 acima, serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo Índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
- 7.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 7.4.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.
- 7.4.5. As remunerações não incluem as despesas com *conference calls*, contatos telefônicos viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do

serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditora na garantia concedida e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da Emissão, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

7.4.6. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante apresentação dos respectivos comprovantes de despesa. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia os Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.4.7. Eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário ou alteração relevante nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

7.5. **Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário.** Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

7.5.1. proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

7.5.2. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

7.5.3. conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

7.5.4. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- 7.5.5. promover, às expensas da Emissora, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- 7.5.6. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- 7.5.7. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- 7.5.8. verificar a regularidade da constituição da Garantia Real, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- 7.5.9. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- 7.5.10. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo), mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos Jornais de Publicação da Emissora, às expensas da mesma;
- 7.5.11. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo), a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- 7.5.12. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- 7.5.13. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo primeiro do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supracitado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, incluindo o organograma do grupo societário da Emissora, o qual deverá conter, inclusive, controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas e sociedades integrantes do bloco de controle, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização aos Debenturistas do relatório anual, conforme disposto no inciso XVIII, artigo 12, da Instrução CVM 28 e no artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações.

- 7.5.14. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
- 7.5.15. alterações estatutárias ocorridas no período;
- 7.5.16. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- 7.5.17. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- 7.5.18. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- 7.5.19. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração;
- 7.5.20. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- 7.5.21. declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Garantia Real constituída no âmbito das Debêntures;
- 7.5.22. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia emissora; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
- 7.5.23. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- 7.5.24. divulgar as informações referidas nas Cláusulas 7.5.13 e 7.5.22 acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- 7.5.25. disponibilizar o relatório a que se refere a alínea 7.5.13 acima até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível na sede da Emissora, na CVM, na CETIP e na sede do Agente Fiduciário e do Coordenador Líder;
- 7.5.26. publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea 7.5.25 acima;
- 7.5.27. manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins

de atendimento ao disposto nesta Cláusula 7.5.27, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;

7.5.28. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

7.5.29. notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos Jornais de Divulgação da Emissora, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

7.5.30. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e

7.5.31. disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou website, o Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, o qual será calculado pela Emissora.

7.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

7.6.1. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário de cada um das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo) acrescido da respectiva Remuneração, Encargos Moratórios e demais acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;

7.6.2. requerer a falência da Emissora;

7.6.3. tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e

7.6.4. representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

7.7. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas 7.6.1 a 7.6.3 acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo) assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo). Na hipótese da alínea 7.6.4, bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo).

- 7.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo) para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo), ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.
- 7.9. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.
- 7.10. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo) especialmente convocada para esse fim.
- 7.11. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28.
- 7.12. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão.
- 7.13. O Agente Fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas nesta Escritura de Emissão sejam cumpridas.
- 7.14. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 5.24 acima.
- 7.15. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.
- 7.16. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor acerca de qualquer fato que seja de competência da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo), comprometendo-se nesse caso, tão somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos

Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

- 7.17. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 7.18. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 8.1 abaixo).

#### 8. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas").
- 8.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo), ou pela CVM.
- 8.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 8.4. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou aquele que for designado pela CVM.
- 8.5. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- 8.6. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
- 8.7. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação e em segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo,

o número de Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo) necessário para aprovação da matéria a ser deliberada.

- 8.8. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.
- 8.9. As alterações relativas (i) à Remuneração das Debêntures ou à Data de Pagamento da Remuneração ou Data de Vencimento, (ii) datas ou percentuais de amortização das Debêntures, ou (iii) aos termos e condições da Garantia Real prevista na Cláusula 5.25 acima, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo), bem como pela Emissora.
- 8.10. Qualquer alteração (i) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (ii) no Prazo de Colocação, na Data de Vencimento, na Atualização Monetária, na Remuneração, no Pagamento da Remuneração ou na Amortização do Valor Nominal Unitário; ou (iii) nos Eventos de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, descritas na Cláusula 5.19 acima, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo), bem como pela Emissora.
- 8.11. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 8.12 abaixo), exceto se houver outro *quorum* específico estabelecido para a matéria nesta Escritura de Emissão.
- 8.12. Para os fins da presente Escritura de Emissão, incluindo para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta cláusula, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus acionistas controladores ou de qualquer de suas subsidiárias ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges.
- 8.13. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.
- 8.14. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

## 9. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

- 9.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:



- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) esta Escritura de Emissão e as obrigações nela previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, conforme aplicável, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil brasileiro;
- (e) a Emissão das Debêntures, a celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta Restrita, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, nos demais Documentos da Oferta Restrita e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) as informações prestadas por ocasião da Oferta Restrita e fornecidas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (g) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (h) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora (i) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou

reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social; (ii) está em dia com o pagamento de todas as obrigações relevantes de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei; (iii) está cumprindo com todas as disposições contratuais relevantes a que está sujeita; e (iv) declara que não tem conhecimento da existência de qualquer ação ou procedimento judicial ou extrajudicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou os demais Documentos da Oferta Restrita, ou, ainda, que possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta Restrita;

- (i) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para assegurar a exequibilidade das obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Oferta Restrita, exceto (i) pelo registro das Debêntures junto à CETIP, o qual estará em pleno vigor e efeito até a Data da Primeira Integralização; (ii) pelo registro desta Escritura de Emissão na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da capital do estado de São Paulo; e (iii) pelo registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da capital do estado de São Paulo; e
- (j) as demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (k) não realizará outra oferta pública de valores mobiliários da mesma espécie que as Debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos nas Cláusulas 4.5 e 4.6 acima;
- (m) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (n) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

- (o) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (p) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (q) não omitiu, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas; e
- (r) responsabiliza-se pela existência e correta formalização dos direitos cedidos em garantia nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

9.2. A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

#### 10. NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Se para a Emissora:

OAS S.A.

Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 7º andar, sala 720

CEP 01228-200 - São Paulo, SP

At. Sr. Diego Barreto

Telefone: (11) 2124-1305

Fax: (11) 2124-1293

E-mail: [diego.barreto@oas.com](mailto:diego.barreto@oas.com)

Se para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514 – Barra da Tijuca  
CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio  
Ferreira (Backoffice Financeiro)

E-mail: middle@pentagonotruster.com.br /  
backoffice@pentagonotruster.com.br

Se para o Banco Liquidante:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar  
CEP 06029-900 Vila Yara - Osasco – SP

At.: Marcelo Ronaldo Poli

Telefone: (011) 3684-7654

Fax: (011) 3684-5645

E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Se para o Escriturador Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar  
CEP 06029-900 Vila Yara - Osasco – SP

At.: Marcelo Ronaldo Poli

Telefone: (011) 3684-7654

Fax: (011) 3684-5645

E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Se para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano  
São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

- 10.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo

remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

- 10.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.
- 10.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 10.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.
- 10.5. Os avisos, comunicações ou notificações enviados nas formas previstas nesta Escritura de Emissão serão considerados plenamente eficazes se entregues às pessoas descritas na Cláusula 10.1 acima.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 11.2. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 3 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.
- 11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 11.4. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil brasileiro, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil brasileiro.
- 11.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 11.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil brasileiro, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, exceto quando expressamente indicado de outra forma nesta Escritura de Emissão.

11.7. Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura de Emissão será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado por todas as Partes. Todos os aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

## 12. FORO

12.1. Fica eleito o foro da comarca da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes).

São Paulo, 3º de julho de 2013.

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS S.A.

OAS S.A.

Nome: **Fábio Mardegan**  
Cargo: **GERENTE DE TESOUREARIA**  
CPF: 066.970.136/05

Nome: **Fabiano Calsolares Relva**  
Cargo: **RESPONSÁVEL DE TESOUREARIA**  
CPF: 102.874.557-50



JOÃO DE NOVAIS  
1470  
Souza  
filho

Nome: Silvia Santos de Amorim  
Cargo: Procurador

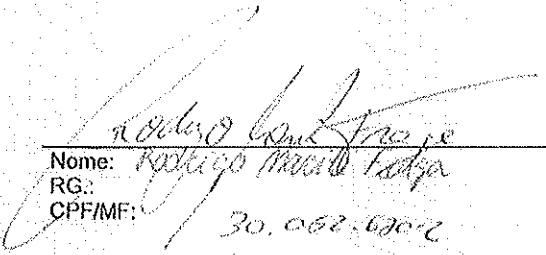
TABELÃO DE NOTAS  
 CARTÓRIO DO 1º TABELÃO DE NOTAS  
 Avenida Brasil, 130 - 5º Andar - Fone: (011) 504-156  
 Rua: 13 de Maio, 100 - 1º Andar - Fone: (011) 504-155  
 1307081442514  
 Reconheço por semelhança a firma: **SILAS EXPOS DE AURIM**  
 , a qual confere com o padrão depositado em Cartório.  
 São Paulo, 03 de Julho de 2013  
 Em testemunho da verdade,  
 Jefferson de Souza - Escrevente Autorizado  
 1307081442514 ; Firma: R\$ 6,50 / Total: R\$ 4,50  
 CARTÓRIO DO 1º TABELÃO DE NOTAS  
 DE SÃO PAULO  
 Jefferson de Souza  
 Escrevente Autorizado  
 1042AA001819

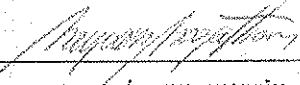
17



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS S.A.

Testemunhas:

  
Nome: Rodrigo Maciel Faria  
RG: 30.062.630-2  
CPF/MF: 219.726.388-61

  
Nome: MAYCON CORRÊA LACERDA MAGALHÃES  
RG: 50.163.263-3 SSP-SP  
CPF: 086.829.156-00



ANEXO I

AO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA OAS S.A.

**DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO E RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> As datas indicadas neste Anexo I são meramente estimativas e foram baseadas em análises, perspectivas atuais e projeções da Emissora sobre eventos futuros e tendências, estando, portanto, sujeitas a atrasos e modificações.

*[Handwritten signature]*

I. ARENA GRÊMIO

<b>Razão social</b>	Arena Porto Alegrense S.A.
<b>Objetivo do projeto</b>	Exploração de concessão privada para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção da arena multiuso Porto Alegrense, podendo também desenvolver projetos associados e complementares à atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, seja por meio de investimento e participação em outras sociedades de propósito específico, cujos objetos sociais incluam a exploração de atividades pertinentes à operação da arena.
<b>Data de início ou estimada para o início do projeto, conforme o caso</b>	Setembro de 2010
<b>Fase atual do projeto</b>	Em operação
<b>Data de encerramento ou prazo estimado para o encerramento do projeto, conforme o caso</b>	20 anos
<b>Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do projeto</b>	R\$717.541.058,85
<b>Valor da Emissão que será destinado ao projeto</b>	R\$507.541.058,85
<b>Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto decorrentes da Emissão</b>	70%
<b>Alocação dos recursos a serem captados na Emissão</b>	(i) Pagamento de dívida no montante de R\$468.345.389,00, contraída durante os 24 meses imediatamente anteriores ao encerramento da Oferta Restrita, no cronograma de amortização das referidas dívidas, cujos recursos foram utilizados para aportar capital na Arena Porto Alegrense S.A., no intuito de cobrir custos de construção da arena; e (ii) R\$39.195.669,85, referentes a aportes de capital que serão realizados na Arena Porto Alegrense S.A., no intuito de cobrir custos de construção da arena e gastos relacionados.

## II. ARENA FONTE NOVA

<b>Razão social</b>	Fonte Nova Negócios e Participações S.A.
<b>Objetivo do projeto</b>	Exploração de concessão administrativa, em regime de parceria público-privada, para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção do Estádio da Fonte Nova, podendo também desenvolver projetos associados e complementares à atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, seja através de investimento e participação em outras sociedades de propósito específico, cujos objetos sociais incluam a exploração de atividades pertinentes à operação da arena multiuso e seu entorno, tudo em conformidade com as condições e especificações das outorgas e do Contrato de Parceria Público-Privada celebrado em virtude do procedimento licitatório, promovido pelo Estado da Bahia, representado pela SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia, nos termos do Edital nº 001/2009.
<b>Data de início ou estimada para o início do projeto, conforme o caso</b>	Janeiro de 2010
<b>Fase atual do projeto</b>	Em operação
<b>Data de encerramento ou prazo estimado para o encerramento do projeto, conforme o caso</b>	35 anos
<b>Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do projeto</b>	R\$910.000.000,00
<b>Valor da Emissão que será destinado ao projeto</b>	R\$42.424.000,00
<b>Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto decorrentes da Emissão</b>	5%
<b>Alocação dos recursos a serem captados na Emissão</b>	Pagamento de dívida no montante de R\$42.424.000,00, contraída durante os 24 meses imediatamente anteriores ao encerramento da Oferta Restrita, no cronograma de amortização das referidas dívidas, cujos recursos foram utilizados para aportar capital na Fonte Nova Negócios e Participações S.A., no intuito de cobrir custos de construção da arena e gastos relacionados.

### III. ARENA DUNAS

<b>Razão social</b>	Arena Dunas da Concessão e Eventos S.A.
<b>Objetivo do projeto</b>	Exploração da concessão administrativa para a prestação de serviços de demolição, construção, gestão da operação e manutenção da Arena das Dunas, de característica multiuso, podendo no fiel cumprimento do seu objeto realizar (a) a exploração de obras civis, por si ou por terceiros, (b) a exploração mediante a compra e venda de bens, realização de eventos, exploração de publicidade e serviços de valor adicionado de telecomunicações, bem como outras atividades complementares, (c) a locação de bens e espaços móveis e imóveis e (d) a importação e exploração de bens e serviços em geral, tudo em conformidade com o disposto no Edital de Concorrência Pública Internacional nº 01/201, expedido na forma da lei, pelo Estado do Rio Grande do Norte.
<b>Data de início ou estimada para o início do projeto, conforme o caso</b>	Janeiro de 2010
<b>Fase atual do projeto</b>	Em construção
<b>Data de encerramento ou prazo estimado para o encerramento do projeto, conforme o caso</b>	20 anos
<b>Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do projeto</b>	R\$555.000.000,00
<b>Valor da Emissão que será destinado ao projeto</b>	R\$80.501.304,96
<b>Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto decorrentes da Emissão</b>	15%
<b>Alocação dos recursos captados na Emissão</b>	(i) Pagamento de dívida no montante de R\$50.775.000,00, contraída durante os 24 meses imediatamente anteriores ao encerramento da Oferta Restrita, no cronograma de amortização das referidas dívidas, cujos recursos foram utilizados para aportar capital na Arena Dias da Concessão e Eventos S.A., no intuito de cobrir custos de construção da arena; e (ii) R\$29.726.304,96 referentes a aportes de capital que serão realizados na Arena Dias da Concessão e Eventos S.A., no intuito de cobrir custos de construção da arena e gastos relacionados.

#### IV. SANEAMENTO DE ARAÇATUBA

Razão social	SAMAR – Soluções Ambientais de Araçatuba
Objetivo do projeto	Exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário no limite territorial urbano do Município de Araçatuba – SP, conforme definido no Plano Diretor do Município, ficando incluídos os distritos especificados no Plano Municipal de Abastecimento de Água Potável e de Esgotamento Sanitário aprovado pela Lei Municipal nº 7.390/11, e serviços auxiliares, complementares e correlatos aos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, nos termos do Edital de Licitação da Concorrência Pública Nacional nº 006/2011 (Processo n.º 2231/2011), da Prefeitura Municipal de Araçatuba – SP.
Data de início ou estimada para o início do projeto, conforme o caso	Setembro de 2012
Fase atual do projeto	Em construção
Data de encerramento ou prazo estimado para o encerramento do projeto, conforme o caso	30 anos
Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do projeto	R\$441.000.000,00
Valor da Emissão que será destinado ao projeto	R\$15.759.356,76
Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto decorrentes da Emissão	4%
Alocação dos recursos captados na Emissão	Pagamento de dívida no montante de R\$15.759.356,76, contraída durante os 24 meses imediatamente anteriores ao encerramento da Oferta Restrita, no cronograma de amortização das referidas dívidas, cujos recursos foram utilizados para aportar capital na SAMAR – Soluções Ambientais de Araçatuba S.A., no intuito de cobrir custos de construção do projeto de saneamento e gastos relacionados.

1

*[Handwritten signature]*

V. ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUAÇU

Razão social	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.
Objetivo do projeto	Construção e operação de novo estaleiro no Município de Maragogipe, estado da Bahia, que disporá da infraestrutura técnica e material necessária para (I) realizar (a) atividades de construção e engenharia naval, sem limitação, (a1) de plataformas marítimas de produção tipo fixa, mono colunas, móveis tipo semi-submersíveis ou 'TLPs'; (a2) de plataformas marítimas de perfuração dos tipos jack-ups, semi-submersíveis, drillships e outras; (a3) de navios e/ou embarcações do tipo bulk carriers, tankers, full containers, gaseiros e outros; (a4) de integração de módulos e decks de produção em unidades 'FPSOs' e semi-submersíveis; (a5) de navios e/ou embarcações especiais para apoio às atividades marítimas; (a6) de equipamentos especiais para os setores de petróleo, gás, mineração, dentre outros; e (b) serviços de reparos e docagem de plataformas marítimas, navios, embarcações, dentre outros; e (II) praticar quaisquer outras atividades geralmente associadas a estaleiros, incluindo: (a) industrialização, comercialização e armazenagem própria de matérias-primas, produtos semi-elaborados e produtos de qualquer espécie, inclusive importação e exportação, (b) exploração de terminais de carga, terminais portuários e interiores, sob o controle aduaneiro ou não da Secretaria da Receita Federal, e (c) exploração de regimes Aduaneiros autorizados pela Secretaria da Receita Federal dentro ou fora de terminais de carga, terminais portuários ou interiores, sob controle aduaneiro ou não, nos termos da legislação aplicável.
Data de início ou estimada para o início do projeto, conforme o caso	Dezembro de 2011
Fase atual do projeto	Em construção
Data de encerramento ou prazo estimado para o encerramento do projeto, conforme o caso	Indefinido. Finalização da construção em 2015.
Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do projeto	R\$1.000.000.000,00
Valor da Emissão que será destinado ao projeto	R\$48.244.279,42
Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto decorrentes da Emissão	5%
Alocação dos recursos captados na Emissão	(i) Pagamento de dívida no montante de R\$10.594.885,00, contraída durante os 24 meses imediatamente anteriores ao encerramento da Oferta Restrita, no cronograma de amortização das referidas dívidas, cujos recursos foram utilizados para aportar capital no Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A., no intuito de cobrir custos de construção do estaleiro; e (ii) R\$37.649.394,42, referentes a aportes de capital que serão realizados no Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A., no intuito de cobrir custos de construção do estaleiro e gastos relacionados.